

Ministério Público do Estado. 3- Que Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma e Região encaminhe um requerimento a Comissão de Educação para que a Comissão aprove o envio ao Tribunal de Contas do pedido de auditoria nas contas do Fundeb dos municípios de Cocal do Sul e Siderópolis. A Deputada salientou que após a entrada do requerimento na Comissão ele precisa ser aprovado pelos membros. 4- Realizar nova Audiência Pública para depois das eleições, para verificar os resultados obtidos. Concluindo, a Deputada Luciane Carminatti pôs em votação os encaminhamentos, que foram aprovados por unanimidade dos presentes à Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que será assinada e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Criciúma, em 07 de agosto de 2012.

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR A IMPORTÂNCIA DA INSTALAÇÃO DE UM CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 14H, NO ASSENTAMENTO JOSÉ MARIA, MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ.

Aos nove dias do mês de agosto de 2012, às 14h, no Assentamento José Maria, município de Abelardo Luz, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), com o objetivo de discutir a importância da instalação de um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no assentamento José Maria. A senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc e presidente da Mesa, deu início a Audiência Pública, apresentando a dinâmica dos trabalhos e explanando sobre a importância do tema a ser discutido. Na sequência, chamou para compor a Mesa as seguintes autoridades: Altair Lavratti, da Direção Nacional do Movimento Sem Terra/MST e representante do Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; Jucelia Quadros, Secretária Municipal de Turismo e Cultura de Abelardo Luz, representando a Prefeitura de Abelardo Luz; Irma Bruneto, Direção Nacional do MST; Padre Genuíno Begnini, da Paróquia de Abelardo Luz; Sérgio Alzani, Chefe da Unidade Avançada de Chapecó do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /INCRA; José Carlos Brancher, da Reitoria do Instituto Federal Catarinense de Blumenau; Josete Mara Stahelin Pereira, Pró-reitora de Ensino do Instituto Federal Catarinense de Blumenau; Antonio Inácio Andrioli, Pró-reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS; Jucela Regina Pinohi, Supervisora de Educação Superior da Gerência de Educação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Xanxerê; e Dilmara Antonio Fantinelli, Prefeito Municipal de Abelardo Luz. Dando continuidade a Audiência, a Deputada Luciane Carminatti anunciou a presença das seguintes autoridades: Joel José Tomazzi, Vereador de Abelardo Luz; Diva Fiorin, da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Xanxerê; Iraci Chiquelero, Secretária Municipal de Educação de Abelardo Luz; Ricardo Velho, Professor do Instituto Federal Catarinense de Rio do Sul; Avelino Paulo Andretta, Vereador do município de Abelardo Luz; Avito Correia, Coordenador da Cultura de Abelardo Luz; Amandio Pinto, Membro da Coordenação MST de Abelardo Luz; e educadores e lideranças indígenas da Comunidade Vila Nova de Abelardo Luz. Terminada a citação das autoridades presentes, a Presidente da Mesa explicou a dinâmica da Audiência e a importância de sua realização. Em seguida, passou a palavra para o senhor *Altair Lavratti*, que cumprimentou a todos e agradeceu a Deputada Luciane por ter proposto a Audiência que é de grande importância para a comunidade sem-terra. Disse que em agosto de 2011 foi encaminhada uma lista de reivindicações para a Presidenta Dilma Rousseff e uma delas era a garantia para o MST Brasil da possibilidade de instalação de vinte Institutos Federais, um por estado, e o assentamento indicado para Santa Catarina foi o Acampamento José Maria, de Abelardo Luz, devido do complexo de educação e de formação já existente, com grande número de crianças e adolescentes. No

Assentamento José Maria há uma escola de ensino fundamental com mais de quinhentas crianças. Uma segunda escola de ensino médio, com seis turmas, que oferece curso de Educação Geral e de Agroecologia, além de uma turma do Pronatec, vinculado ao Instituto Federal de Concórdia e outro pólo no Assentamento 25 de Maio. Disse que quando se pensa em um Instituto Federal/IF, não se pensa somente para os assentados, mas toda a população, aberto inclusive para a população de outras regiões. O Assentamento José Maria já tem estrutura para laboratórios e alojamento para os estudantes. Afirmou que em 2012 três turmas de ensino médio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Proneira irão se formar e que esses jovens precisarão de continuidade nos estudos. Pensando na permanência do jovem no campo opta-se pela criação de cursos voltados para a agricultura, baseada na agroecologia, fazendo contraponto ao agronegócio, além de cursos nas áreas da educação, saúde, arte e cultura. Finalizando, diz que como organização popular, como movimento, os sem-terra pleiteiam todos os níveis de ensino nos assentamentos. Retomando a palavra, a Deputada Luciane a repassou para o *Padre Genuíno*, que disse que o crescimento dos assentamentos foi muito grande, que em pouco tempo, vinte e sete anos de assentamento, já estão pleiteando um IF. Parabenizou a iniciativa e colocou-se a disposição do movimento. Em seguida, solicitou a palavra o senhor *Sérgio Alzani*, que disse que o Incra é favorável a implantação de um IF no assentamento, pois centenas de jovens terão oportunidade de obter qualificação técnica para manterem-se no campo e garantirem a prosperidade da região. Disse que o Incra cederá o espaço e continuará atuando como gestor dos assentamentos, e que existe material humano de sobra para trazer um instituto federal e preparar as pessoas, principalmente para as questões voltadas ao campo e à produção de alimentos agroecológicos. Disse que essa Audiência é histórica, pois alavanca algo para melhorar as condições da população assentada. Posteriormente, tomou a palavra o senhor *Antonio Inácio Andrioli*, que falou que a Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de um movimento como este. A UFFS se soma as universidades e apóia a expansão do IF no assentamento. Disse que há duas mil e seiscentas vagas na universidade e isso não é suficiente para atender a região, por isso é necessário mais universidades públicas. É preciso fortalecer o curso de agroecologia e expandir o ensino superior para as fronteiras do Estado. A seguir tomou a palavra o senhor *Dilmara Antonio Fantinelli*, que disse que Abelardo Luz tem mais de mil e quinhentas famílias assentadas e cento e cinquenta famílias indígenas que necessitam de educação. Parabenizou a Deputada Luciane pela luta pela educação e pela conquista da implantação do curso de Medicina na UFFS. Em nome do governo municipal, disse ser a favor da implantação de um câmpus do IF no assentamento, que, devido a sua importância, poderá possibilitar a continuidade do jovem na comunidade, diminuindo a migração para a cidade. Terminada a fala, a Presidente da Mesa a repassou a palavra para a senhora *Josete Mara Stahelin Pereira*, que informou que o reitor do Instituto Federal Catarinense/IFC, senhor Francisco Sobral, está sensibilizado com a necessidade de expansão e interiorização dos Institutos Federais, mas isso deve ser feito com muita responsabilidade e cuidado, pois as expectativas por parte da comunidade são enormes. Enfatizou que além de se preocupar com a educação do jovem é preciso pensar em ampliar a educação do adulto, pois ele estimula o jovem a estudar. É necessário oportunizar o ingresso do adulto assentado na escola, oferecendo a eles ensino fundamental e médio. Encerrou a fala dizendo que o IFC está aberto para estudar a proposta de expansão, porém com muito cuidado e responsabilidade para não criar muitas expectativas, caso não seja possível a expansão. Assumindo a palavra, a senhora *Irma Brunetto* falou que para o MST a pauta da educação sempre esteve junta com a pauta da luta pela terra, do crédito e da estrutura para os assentamentos. O MST luta para que haja pelo menos um IF por estado e que o de Santa Catarina seja em Abelardo Luz, mas isso não quer dizer que as vagas sejam somente para assentados. Disse que historicamente no Brasil o espaço de construção do saber está ligado aos grandes centros, mas que está na hora de levar o saber para o campo, já que este está numa luta desparelha com o agronegócio. O

agronegócio tenta fazer uma agricultura sem agricultor, uma agricultura somente com máquinas e não é isso que os trabalhadores querem, pelo contrário, querem uma agricultura com muitos agricultores. Só que a saída dos agricultores do campo aumentou muito, coincidindo com o fechamento das escolas, por isso é preciso inverter, é preciso revigorar a pequena agricultura e trazer as escolas para o campo. A vinda do IFC irá fortalecer o campo permitindo a permanência das famílias. Retomando a palavra, a presidente da Mesa, *Deputada Luciane*, lembrou que a UFFS continua sendo a única universidade com câmpus em um assentamento, em Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, onde está dando certo. Em seguida, passou a palavra para a plenária. Solicitando a palavra, a senhora *Aceci dos Santos* disse que os assentados estão lutando pelo melhor para a juventude, para que os jovens tenham direito e um futuro melhor. As famílias estão com expectativa de implantação de um câmpus do IF. A seguir, o senhor *Amandio Pinto* falou que o ensino sempre foi negado para os indígenas e trabalhadores. Fez uma retrospectiva das conquistas dos assentamentos com relação à educação desde 1985 e concluiu dizendo que um IFC agora será importante para os trabalhadores do campo e cidade, além dos indígenas. Os indígenas e os sem-terra foram massacrados e a implantação do IF será uma revigoração. O senhor *Abimael* pediu a palavra para dizer que há dois objetivos para a implantação de um IF no assentamento. O primeiro objetivo é construir um futuro melhor e o outro é a permanência da juventude no campo, mas que para isso é necessário educação e tecnologia. Enfatizou que a juventude assentada não tem expectativas e sonhos de ir para uma universidade no centro urbano, porque têm consciência da dificuldade de ingresso e permanência nela. Por isso a possibilidade de ter um IFC no campo aumenta a probabilidade de ingresso dos jovens assentados numa universidade. Em seguida, assumiu a palavra o senhor *Ernesto*, que disse que o reitor do IFC, senhor Chico Sobral, falou que Abelardo Luz está dentro do grupo para ser contemplado com um IFC e que a única justificativa para o IFC vir para Abelardo Luz é pelo número de assentados da reforma agrária. A vinda do IF para a região precisa contribuir para o desenvolvimento econômico, educacional, cultural e social. É preciso cursos de produção leiteira, piscicultura e tantos outros que venham contribuir para o desenvolvimento da agricultura. Posteriormente, tomou a palavra o senhor *Ricardo Velho*, que falou sobre a importância de um câmpus do IF no assentamento para o desenvolvimento das pessoas em todos os sentidos. Enfatizou que muitos sofreram durante anos para chegar ao dia de hoje, a discussão de um câmpus do IF no assentamento. Acrescentou que apesar dos trabalhadores do IF estarem em greve, apóiam a educação e são a favor da implantação do IF. Encerrada a plenária, a Deputada Luciane passou a palavra para o senhor *Lavratti* propor os encaminhamentos. O senhor *Lavratti*, antes de falar dos encaminhamentos, entregou à Deputada um documento pedindo apoio as autoridades públicas para que o IFC seja implantado no Assentamento José Maria. A seguir passou à leitura dos seguintes encaminhamentos: 1- proposta de criação de uma comissão para debater, articular e encaminhar os documentos do processo de criação do IFC; 2- agendar reunião da comissão com o reitor do IFC, senhor Francisco Sobral; 3- agendar reunião com o Ministério da Educação/MEC para levar a proposta de criação do IFC em Abelardo Luz; 4- que as entidades presentes e demais enviem cartas de apoio à implantação do IFC, para serem anexadas aos documentos a serem enviados ao MEC. Retomando a palavra, a *Deputada Luciane* enfatizou as propostas de encaminhamentos: 1- criação de uma comissão com representação do movimento social, poder público municipal, estadual, universidade, diocese e Inca, como representante do governo federal; 2- realização de uma primeira audiência com a reitoria do IFC; 3- posteriormente, uma audiência com o Ministério da Educação; 4- envio à comissão de cartas de apoio para complementar o documento de criação do IF. Em seguida, a Deputada propôs mais dois encaminhamentos que seriam: 5- a elaboração de uma Moção de apoio aos educadores e servidores em greve do IF; 6- solicitar o oferecimento de ensino fundamental e médio para os adultos assentados. Concluindo, a Deputada Luciane Carminatti pôs em votação os encaminhamentos, que foram aprovados pela unanimidade dos presentes à Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que será assinada e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Abelardo Luz, em 09 de agosto de 2012.

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia quatro de abril do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de reuniões nº zero um das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina a Comissão acima epigrafada sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Deputado José Milton Scheffer, Presentes os Senhores Deputados Membros: Dirceu Dresch, Adilor Guglielmi (Dóia), Mauro de Nadal, José Nei Alberton Ascari e contou com a participação dos Deputados Sargento Amauri Soares, Carlos Chiodini, Aldo Schneider e Dieter Janssen e o Senhor Cléver Pirola Ávila, diretor da Marfrig, os advogados dos produtores Senhor Maurício Spillere. Abertos os Trabalhos foi concedida a palavra ao Senhor Cléver. Explicou que a fábrica precisou ser fechada em função de vários fatores: custo elevado da mão de obra na região e do transporte dos grãos usados na alimentação das aves, câmbio desfavorável à exportação e fim das vendas para Rússia e Argentina. “Esses fatores levaram a um fechamento precipitado da planta. Preferimos isso a colocar em risco a saúde financeira de um grupo que emprega noventa mil pessoas e tem trinta fábricas”, justificou o diretor. Negou que os produtores tenham sido abandonados pela empresa. Segundo ele, dos duzentos e treze fornecedores, oitenta e cinco tiveram a produção realocada para a planta de Lapa, no sul do Paraná. “Corresponde a cem por cento dos avicultores que fizeram dívidas”, relatou. Que cinquenta e quatro avicultores foram remanejados para outras agroindústrias, enquanto setenta e quatro tiveram seus contratos rescindidos. “Não houve descumprimento de contrato”, ressaltou. Os produtores que seguem com a Marfrig afirmaram que recebem pela produção de quatro lotes de aves e não por seis, como acordado inicialmente. Essa quantidade, segundo eles, é insuficiente para pagar as dívidas. O representante da empresa explicou que essa diminuição é temporária. “Estamos numa fase de transição da produção de Jaraguá do Sul para a unidade de Lapa”, disse. O Deputado Dirceu Dresch comentou que ao todo são duzentos e trinta e um avicultores fornecem matéria-prima para o frigorífico. Em dezembro passado, a Marfrig encerrou as atividades da planta. Segundo os produtores, meses antes do fechamento, a empresa exigiu que fossem feitos investimentos nas granjas, necessários para que a demanda por matéria-prima fosse atendida. A maioria dos avicultores contraiu dívidas para realizar essas melhorias. “A situação desses produtores é crítica. Temos relatos preocupantes, de pessoas que correm o risco de perder seus bens por causa das dívidas”, afirmou o deputado Dirceu Dresch. “Os contratos foram mal feitos, sem que os produtores tivessem direito a multa em caso de rescisão disse o advogado dos produtores, Maurício Spillere. A Comissão de Agricultura e Política Rural da criou um grupo de trabalho formado pelo diretor executivo do Sindicato da Carne SINDICARNE, Ricardo Gouveia, O advogado dos Avicultores Maurício Spillere e o Diretor do Grupo Marfrig Cléver Pirola Ávila órgãos do governo federal e estadual ligados à agricultura e de federações de trabalhadores rurais para discutir a situação dos avicultores afetados pelo fechamento do frigorífico da Seara (Grupo Marfrig) em Jaraguá do Sul. “Temos de encontrar meios que evitem um prejuízo maior aos avicultores”, afirmou o Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de secretaria lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, quatro de abril de dois mil e doze.

Deputado José Milton Scheffer
Presidente

*** X X X ***